

## **UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS ÀS REGRAS DA UNIVERSIDADE**

NIVEA KARLA QUELIS FERNANDES

### **RESUMO**

Este trabalho propõe uma análise do processo de socialização dos alunos, especificamente os policiais, no Tecnólogo em Segurança Pública oferecido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com o CEDERJ. O objetivo é desenvolver uma reflexão sobre como os alunos se adaptam às regras universitárias, levando em consideração, principalmente, como as socializações anteriores dos cursos de formação influenciam nesse processo de adaptação.

**Palavras-chave:** Socialização, tecnólogo, regras universitárias.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de socialização dos alunos, especificamente os policiais militares, no curso de tecnólogo em segurança pública. Para tal, esta pesquisa compreende o contexto de socialização acadêmica dos alunos do curso e o estranhamento explicitado por eles. A análise do estranhamento decorre da socialização com o ambiente universitário e os conflitos decorrentes da socialização corporativa dos alunos — sobretudo a policial — nos cursos de formação das instituições de segurança pública. Propõe-se, especificamente, uma descrição e reflexão com base na observação desta socialização dos alunos frente aos conflitos e situações de imprevisibilidade no curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense a partir da minha experiência acadêmica, que me levou a esse objeto de pesquisa, portanto, é necessário descrever qual a minha relação com o ambiente no qual estou inserida.

## 1- METODOLOGIA

O curso de bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense foi criado em 2011 como fruto de uma parceria entre os professores da instituição e do INEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos). Seu efetivo início deu-se no ano de 2012, com a admissão das duas primeiras turmas. Tendo em vista que a proposta motivadora da criação do curso consiste em formar profissionais de segurança pública com ênfase em um conhecimento interdisciplinar nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas e também em pesquisa empírica, a inserção em projetos de iniciação científica dos graduandos é frequentemente incentivada pelos professores do departamento.

Em 2013, passei a integrar o grupo de pesquisa do NUPIJ (Núcleo de Pesquisa em Instituições Jurídicas) da Faculdade de Direito a convite do professor Pedro Heitor Barros Geraldo. O convite foi realizado no intuito de preencher uma vaga remanescente de um projeto de pesquisa na área de Direitos Especiais, que foi escrito por uma graduanda do curso de Direito. Embora o tema e o contexto parecessem a princípio distantes do universo da segurança pública, aceitei o convite e passei não somente a ser bolsista da FAPERJ, mas também dei início a um processo de socialização no grupo de pesquisa.

O NUPIJ é um grupo de pesquisa que engloba pesquisadores da graduação, mestrado, doutorado e também monitores de disciplinas do bacharelado em Segurança Pública. O grupo conta com encontros que ocorrem uma vez na semana, onde os participantes dividem seus relatos e questões levantadas no trabalho de campo. O objetivo central é proporcionar a interação e o debate entre os pesquisadores, de maneira a construir um conhecimento a partir das discussões coletivas das pesquisas.

Em meados do ano de 2015, em um dos eventos onde os pesquisadores do NUPIJ apresentaram seus trabalhos, recebi um convite para ingressar em um projeto de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre o Tecnólogo em Segurança Pública, orientado e aplicado pelo professor Pedro Heitor. A pesquisa consiste em uma avaliação do curso de tecnólogo em segurança pública que foi solicitada pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista o conceito de ilusão biográfica desenvolvido por Bourdieu (1986), meus caminhos até a escolha do objeto de monografia não foram pré-definidos nem

planejados. A escolha se deu como decorrência inicial de um processo de socialização anterior no NUPIJ, que foi fundamental para que eu fosse convidada para o projeto elaborado pelo meu orientador. Paralelamente à minha entrada no projeto, ocorreu a abertura de um edital de convocação de tutores para o Tecnólogo, com a diferença de que este edital pela primeira vez oferecia a possibilidade de que alunos graduandos concorressem às vagas. A condição anterior de pesquisadora de iniciação científica se fez essencial no processo de seleção de tutoria do Tecnólogo, colaborando positivamente no preenchimento do currículo submetido à seleção. A aprovação permitiu minha entrada no Tecnólogo através de outra perspectiva, assumindo agora o papel de tutora. Durante o desenrolar deste processo, pareceu-me inevitável optar pela escolha dos conflitos explicitados no curso de Tecnólogo como objeto de pesquisa, e assim o fiz. Assim, este trabalho se desenvolve amparado tanto na minha condição de pesquisadora bolsista e estudante do curso de bacharelado em segurança pública, quanto na minha condição de tutora a distância do tecnólogo.

A metodologia destinada a este trabalho se deu em um contexto de observação participante, que compreendeu a implementação de grupo focal, aplicação de entrevista qualitativa, e análise de artigos e pesquisas da área de ciências sociais, especificamente da área de segurança pública. A associação desses procedimentos objetivou a construção de um trabalho baseado na experiência, onde a reflexão através da observação do campo e da prática de seus respectivos atores somada a revisão da literatura permitiu a produção de um trabalho reflexivo sobre as práticas de socialização dos alunos nesse contexto universitário.

A primeira etapa deste trabalho desenvolveu-se com a implementação dos grupos focais durante a aplicação da pesquisa “Projeto de Avaliação e Valorização da Formação do Tecnólogo em Segurança Pública” da qual sou bolsista. Os grupos focais foram empregados nos polos de Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, Rio Bonito, Resende e Três Rios, contando, em sua maioria, com alunos do primeiro e segundo período. Para sua devida implementação, foram previamente estabelecidas questões que deveriam ser trabalhadas pelo mediador do grupo, que consistiam em: profissão, tempo de profissão, período no qual está matriculado no curso, como soube da existência do curso de tecnólogo em segurança pública, pontos positivos e negativos do curso, impactos do curso na vida do aluno, e perspectivas após a formação. Todos os encontros foram realizados em formato de círculo, a fim de favorecer o contato visual entre todos os participantes, propiciando um ambiente de informalidade e proximidade, essencial a aplicação deste método que “é particularmente apropriado quando o

objetivo é explicar como as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou evento visto que a discussão durante as reuniões é efetiva em fornecer informações sobre o que as pessoas pensam ou sentem, ou ainda sobre a forma como agem." (OLIVEIRA; FREITAS,1998, p.84).

Com o objetivo de dar continuidade ao conhecimento apreendido durante a aplicação dos grupos focais, foram realizadas entrevistas qualitativas nos polos de Niterói e São Gonçalo. A escolha desses locais para a aplicação das entrevistas teve relação direta com a facilidade de acesso, visto que resido em São Gonçalo. A estrutura das questões elaboradas para a entrevista se assemelha a aplicada nos grupos focais, possuindo algumas alterações que se relacionam com as motivações que levaram o aluno a optar pela carreira policial e se houve alguma modificação que pudesse ser mensurada, após a formação e início de trabalho como policial. O objetivo principal de adicionar essas questões era identificar como meus interlocutores analisavam sua relação com a instituição policial. A importância da aplicação das entrevistas qualitativas fez-se necessária para compreensão do processo de socialização no tecnólogo, a medida que:

“as condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais. A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, O sentido que eles mesmos conferem às ações.” (POUPART; DESLAURIERS GROULX, LAPERRIÈRE, MAYER PIRES p. 217)

Acredito que seja importante delinear as dificuldades enfrentadas no meio de campo, pois a partir delas pude me definir enquanto pesquisadora e redefinir meu trabalho a começar da recusa de algumas entrevistas (BEAUD; WEBER,2007). A primeira dificuldade surgiu durante o processo de negociação das entrevistas, pois recebi respostas negativas e de estranhamento ao entrar em contato com os polos para marcá-las com as diretoras da unidade. Na primeira ligação, a atendente me informou que primeiramente eu deveria entrar em contato com o CEDERJ para averiguar as possibilidades de aplicar essa entrevista, e mesmo explicando a finalidade acadêmica e o intuito do meu trabalho, obtive uma negativa. Na segunda ligação, realizada para outro polo, fui informada pelo atendente que a diretora não se encontrava no momento, e ao questionar em que horário poderia encontrá-la ele me informou que não sabia. Quando questionei se isso se devia ao fato de que a diretora em questão estava saindo do cargo, informação que obtive pelo coordenador do curso, ele reagiu surpreso, estranhando o fato de que eu tivesse acesso a essa informação e logo perguntou meu nome

novamente e o assunto que me motivava a procurar pela diretora, pois ele passaria meu recado. Cabe salientar que até hoje não obtive retorno.

Vendo que minhas primeiras tentativas de dar início a aplicação das entrevistas foram frustradas, fui orientada pelo meu professor a aplicá-las às pessoas próximas, que já estavam inseridas dentro do meu núcleo de relações, como os meus colegas de trabalho de tutoria. Outro aspecto que cabe ser ressaltado como uma das dificuldades na aplicação dessa pesquisa é a acessibilidade aos polos. Os polos de São Gonçalo e Niterói, escolhidos por mim devido à proximidade com o local no qual resido, estão instalados em bairros que até o início da pesquisa eu não conhecia. Para minha surpresa, durante a primeira visita ao polo de São Gonçalo me deparei com um trajeto que possuía ruas sem iluminação e desertas, o que fez com que eu me sentisse insegura quanto as possibilidades do que poderia ocorrer até minha chegada ao destino. Felizmente, durante minha primeira visita, consegui uma carona para voltar pra casa, através da qual, inclusive, fui comunicada sobre um fato ocorrido, onde, segundo minha interlocutora, tentaram roubar o carro de um dos tutores dentro do CIEP<sup>1</sup>.

O polo de Niterói está instalado próximo a uma favela, no bairro do Fonseca. Já havia realizado um grupo focal neste local, acompanhada do meu orientador e minhas colegas bolsistas, entretanto por um erro de trajeto entrei por engano na rua que dá acesso à Favela do Caramujo. Em um primeiro momento fiquei muito assustada, pois percebi pela forma que me olhavam que eu estava sendo analisada e que de alguma forma eu era estranha para eles. Fui questionada por um dos homens que estavam na entrada da favela se eu estava perdida, para logo após a minha explicação outro deles recomendar que eu perguntasse para umas das moradoras, que estava próxima de nós, se ela conhecia o local pelo qual procurava. De maneira sutil, se é que existe sutileza neste ato, o interlocutor mostrou que estava armado. té hoje não entendo o que aquilo significou, se uma tentativa de mostrar que ele era a autoridade naquele espaço, me intimidar, ou me deixar segura, pois após mostrar a arma o mesmo rapaz recomendou que eu ficasse tranquila já que, segundo ele, ali eu estaria segura, e não precisaria ter medo. Ao questionar, sem sucesso, a moradora sobre a localização do polo, saí daquela situação tensa onde me encontrava e fui até a UPA<sup>2</sup> (Unidade de Pronto Atendimento) pedir

---

<sup>1</sup> O Centro Integrado de Educação Pública, conhecido popularmente como Brizolão, faz parte de um projeto implementado pelo então Governador Leonel Brizola no intuito de proporcionar às crianças e jovens o acesso a uma educação oferecida em tempo integral.

<sup>2</sup> A Unidade de Pronto Atendimento faz parte de uma política implementada pelo Ministério da Saúde, que tem como objetivo estruturar as redes de emergência no Brasil, sendo portanto, uma unidade com atendimento destinado ao pronto-socorro.

informação. A partir dali, então, localizei o polo e pude dar início a sessão de entrevistas. Lembro que me questionei sobre a situação, que pra mim parece no mínimo interessante, uma favela próxima a um local onde é oferecido um curso voltado majoritariamente para policiais, que tem como objetivo a produção de propiciar um conhecimento reflexivo acerca de suas ações. A surpresa quanto a essa situação se dá ao fato da relação tensa que as comunidades do Rio de Janeiro possuem com a polícia, principalmente no que diz respeito às ações truculentas e aos abusos de autoridade.

Diferente da aplicação das entrevistas qualitativas, os grupos focais foram aplicados em conjunto com o grupo de pesquisa, composto por meu orientador, por mim e mais três colegas. A acessibilidade, neste caso, não possuía os mesmos contornos de dificuldade em relação ao medo, violência ou insegurança, mas da distância e do tempo de viagem exigido para chegar a esses núcleos. A maior surpresa na aplicação dos grupos focais, foi que eu não esperava ouvir dos alunos a utilização das categorias trabalhadas nos textos do Tecnólogo, como: “Você sabe com quem está falando?”, “argumento de autoridade e autoridade do argumento”, “modelo da pirâmide e do paralelepípedo”, sendo as mais usadas por eles. Vale ainda ressaltar o trabalho de campo que foi realizado durante o Seminário Acadêmico de Formação, onde durante a apresentação dos relatos dos alunos me surpreendi novamente ao ouvir de um dos alunos formandos, se referindo ao Tecnólogo: “falar de segurança pública não dá pra falar como amadores, tem que ter embasamento” no que ele ainda completa se referindo ao fórum da disciplina de Introdução aos Estudos em Segurança Pública<sup>3</sup> como: “pegando fogo”, “muito senso comum”, “muito achismo”.

Este seminário, que ocorre todo semestre nos polos, conta com a presença de professores do Tecnólogo, tutores e alunos. O objetivo principal é aproximar os professores dos alunos, assim como propiciar o relato das experiências dos alunos com o Tecnólogo. Especialmente nesse dia, além de ouvir os relatos entusiasmados dos alunos com o Tecnólogo e com o que aprenderam durante o desenrolar dos períodos, pude ouvir um relato que chamou minha atenção. Uma das alunas convidadas a participar da mesa de apresentação recitou um

---

<sup>3</sup> A disciplina Introdução aos Estudos em Segurança Pública é ofertada no primeiro período do Tecnólogo. É uma disciplina polêmica, porque ela trata exatamente do processo de desconstrução do senso comum sobre a segurança pública ao qual os alunos estão habituados. Por isso, as provas, majoritariamente, têm notas muito baixas e um número significativo de pedidos de revisão. Assim como os fóruns, o que observo enquanto tutora dessa disciplina, são exatamente como este aluno descreve, repletos de respostas que se direcionam ao senso comum e as experiências vivenciadas no exercício do trabalho desses profissionais de segurança pública.

poema intitulado “Melissinha” - apelido de uma pistola semi-automática - que conta a experiência de uma policial durante uma ação da polícia militar. Antes de iniciar o poema, a aluna em questão, se dirigiu ao professor Jorge da Silva pedindo permissão para recitá-lo, alegando que o poema continha palavrões. A estranheza dessa situação reside no fato de que o professor Jorge da Silva já foi coronel da Polícia Militar, e o que a aluna replicava naquele momento era uma autorização a um militar, era portanto, um comportamento que se refere a hierarquia da polícia ocorrendo dentro de um ambiente universitário. Ao findar o poema, a aluna declara que “só quem gosta de policial é a mãe dele”, e para minha surpresa, o professor Jorge Da Silva<sup>4</sup>, presente na mesa, declara: “Vocês já pararam pra pensar que só quem gosta do bandido é a mãe dele?”, pude ouvir um comentário de um aluno atrás de mim que respondeu ao comentário do professor com um: “antes ele do que eu”, se referindo ao “bandido”, e rapidamente anotei todas as observações no caderno de campo.

Durante a implementação dos grupos focais, passei por uma etapa onde considerava ter aprendido e apreendido todas as questões referentes ao processo de socialização dos policiais no Tecnólogo. As demandas e os pontos abordados pelos alunos durante os grupos focais pareciam ser sempre os mesmos, relacionados a socialização com a linguagem universitária, a plataforma Moodle, possibilidade de promoção na carreira e ingresso em pós-graduação. Tal fato me levou a um processo de naturalização dos discursos e das ações enquanto o trabalho de campo era realizado. Ao tentar domesticar o meu olhar e o meu ouvir (OLIVEIRA,1998), a fim de desnaturalizar minhas observações, tentei abster-me e desvencilhar-me de expor minhas opiniões e me posicionar perante os alunos entrevistados. O que foi um grande erro, pois, ao realizar as entrevistas, percebi que os melhores materiais eram fruto dos momentos onde me desvencilhei da ideia de me manter imparcial, deixando espaço para um diálogo aberto com meus interlocutores.

A questão do diálogo com meus interlocutores foi um dos pontos que mais despertou minha atenção durante a pesquisa. Sem dúvidas, o meu lugar de fala, enquanto aluna do curso de bacharelado em segurança pública, um curso aberto ao público em geral, foi ponto motivador para os questionamentos levantados pelos alunos quando entrevistados por mim. Nos núcleos de São Gonçalo e Niterói, onde realizei as entrevistas, questionaram-me sobre minhas motivações para ingressar em um curso de segurança pública, e sobre meus objetivos após a conclusão, visto que em todo início de entrevista me apresento como formanda do

---

<sup>4</sup> O professor Jorge da Silva já foi Comandante do Estado Maior-Geral.

curso de bacharelado e explico o porquê das entrevistas. Estes questionamentos se apresentaram pelo fato da segurança pública ser tradicionalmente vinculada aos operadores do direito e as instituições de segurança pública do ponto de vista dos alunos. Portanto, a existência de civis ou pessoas de fora dessas instituições em um campo visto como exclusivo desses profissionais, provoca estranhamento e curiosidade e, acima de tudo, gera uma discussão acerca da legitimidade da fala, questão que será abordada com maior profundidade mais adiante.

Ademais as dificuldades ocorridas no campo, sem dúvidas, meu maior desafio foi o de escrever. Como antecipado pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1998), “é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática” (1998, p.32). Todo esse processo de análise e reanálise dos dados colhidos, reflexão, releitura e discussão dos textos exigiu frequentes construções e reconstruções dos argumentos e das construções entre dados recolhidos e literatura.

Por fim, resalto a importância do grupo de pesquisa durante este período intenso de redação do texto. Os relatos das experiências vivenciadas pelos meus colegas, enquanto tutores e coordenadores de disciplina, os conselhos, orientações e indicações de literaturas foram fundamentais nessa trajetória.

Assim, este trabalho divide-se em três capítulos. O capítulo 1 destina-se a descrição do que é a EAD e o Tecnólogo em Segurança Pública, considerando suas principais motivações, expectativas e dificuldades dos alunos no processo de socialização universitária. O capítulo 2 compreende a exposição, amparada especificamente em pesquisas de mestrado e doutorado, da estrutura de ensino responsável pela formação dos policiais militares. O capítulo 3 visa a reflexão a qual se propõe este trabalho, considerando, portanto, de que forma as socializações anteriores dos policiais impactam na forma como estes apreendem o processo de socialização universitária. Assim, tomarei como perspectiva o papel do conflito enquanto mecanismo de adaptação dos policiais às regras universitárias.

## **2-MOTIVAÇÕES, EXPECTATIVAS E DIFICULDADES NA SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS**



Neste capítulo descreverei o que é a EAD e o Tecnólogo em Segurança Pública. Além do sentido literal da EAD e do Tecnólogo, pretendo descrever quais sentidos os alunos atribuem a este curso. Para isso, utilizarei dos relatos recolhidos tanto dos alunos quanto dos tutores para demonstrar quais as motivações, expectativas e dificuldades desses alunos no Tecnólogo em Segurança Pública.

A EAD amplia-se no Brasil como modalidade de ensino que se desenvolve através da utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA)<sup>5</sup> como espaço de promoção de ensino superior a distância. Com a proposta de propiciar um novo modelo de educação onde o aluno assuma um espaço de autonomia como produtor de conhecimento, a EAD vem se consolidando através de parcerias firmadas entre instituições como o CEDERJ e Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro como a Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo dados do Sistema de Transparência da UFF, a universidade conta atualmente com um número de 60436 alunos ativos, sendo 41762 do Ensino Presencial, 1711 do Sequencial e 16693 de EAD.

Diferentemente da educação tradicional onde o professor ocupa exclusivamente o lugar de promotor do conhecimento, na educação a distância o ensino é desenvolvido através do auxílio dos tutores a distância e presenciais, que tem como função esclarecer, tirar as dúvidas e, principalmente orientar os alunos durante seu processo de construção do conhecimento. Este novo modelo detém como centralidade de ensino o estímulo da produção autônoma de conhecimento do aluno através da mediação dos tutores a distância em ambientes virtuais, e através dos tutores presenciais durante as tutorias. Como verifica PARDIM (2010),

“ a função do aparato educacional não deve ser somente a de ensinar, mas sim a de promover o aprendizado. Isto significa que o professor deixa de ser o repassador de conhecimento — o computador pode fazer isto e o faz muito mais eficientemente — para ser o criador de ambientes de aprendizado e facilitador do processo pelo qual o aluno constrói seu conhecimento, rompendo com a lógica do instruir e repetir mecanicamente. ” (2010, p.2)

---

<sup>5</sup> É através dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem que é possível a interação entre alunos e tutores a distância. Existem vários tipos de AVAs, como o Edmodo, Eleven e Moodle. O CEDERJ utiliza a plataforma Moodle, que é o AVA mais utilizado para fins educativos. Sua vantagem reside no fato de que por ser um software livre ele pode ser configurado de acordo com as demandas de seus formuladores. Fonte: <http://www.apoioaoprofessor.com.br/unidades/ambientesvirtuaisdeaprendizagem/moodle.html>

Atualmente, o Consórcio CEDERJ oferece em parceria com as Universidades 15 cursos de ensino superior a distância. Em consonância com a proposta de autonomia do aluno na produção do conhecimento que a EAD propõe, os cursos oferecidos pelo CEDERJ possuem acompanhamento do tutor presencial somente até o 5º período. O intuito é que os alunos se adaptem a EAD contando exclusivamente com a mediação do tutor a distância, que assume um papel secundário, à medida que o foco da educação a distância é a autonomia do aluno.

O curso de tecnólogo em segurança pública foi criado no ano de 2013 pelo Conselho Universitário da UFF. Fruto de uma demanda da Secretaria de Segurança e Estado SESEG do Estado do Rio de Janeiro, o curso foi elaborado em parceria entre a Universidade Federal Fluminense, especificamente dos professores do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito e dos pesquisadores do InEAC, e da Fundação CECIERJ. Seu projeto político pedagógico segue as mesmas diretrizes do curso de bacharelado, ou seja, pretende-se com o curso de Tecnólogo formar alunos que estejam aptos a pensar e refletir a segurança pública a partir do ponto de vista da sociedade, utilizando-se dos conhecimentos acumulados nas pesquisas na área de ciências sociais aplicadas numa perspectiva empírica, comparativa por contraste e multidisciplinar. Portanto, os únicos pontos que diferenciam o bacharelado do tecnólogo é o fato de que um é aberto para o público de maneira geral, e é presencial; e o outro é a distância e é oferecido exclusivamente para os profissionais da área de segurança pública, sendo 80% das vagas destinadas exclusivamente aos policiais militares e civis, sem distinção de patente ou gradações hierárquicas. Vale salientar que essa reserva de vagas exclusivas aos policiais militares e civis também é fruto de uma solicitação da SESEG do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o curso está disponível em 12 polos no estado, sendo eles: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Belford Roxo, Campo Grande, Itaperuna, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, Rio Bonito, São Gonçalo, e Três Rios. O tempo previsto de formação é de seis a nove semestres durante os quais os alunos deverão cumprir 28 disciplinas obrigatórias, atividades complementares e disciplina optativa, contabilizando o total de 1605 horas obrigatórias. As disciplinas, tal como nos outros cursos a distância oferecidos pela Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ, contam com tutorias a distância que são realizadas pela plataforma Moodle, que é um ambiente virtual de aprendizagem, e tutorias presenciais realizadas nos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), onde os polos estão

instalados, no período de segunda aos sábados. No momento o curso conta com 27 coordenadores de disciplinas, 156 tutores - sendo 69 a distância e 87 presenciais, um total de alunos de 3202 e um total de inscritos de 2590 - representando uma taxa de 80,9% de inscritos, a maior dentre todos os cursos oferecidos gerenciados pela Fundação.

Embora consista numa proposta inovadora, que utiliza dos avanços tecnológicos como mecanismo para desenvolver uma modalidade de ensino moderna capaz de dar vazão às demandas de uma sociedade onde o tempo e a distância são supervalorizados e monetarizados, a EAD ainda perpassa por um processo de legitimação e reconhecimento tanto dentro do âmbito das universidades, como da sociedade em geral. O fato de ser uma modalidade de ensino que se desenvolve no âmbito virtual, em grande parte, e fora dos campi das universidades, por muitas das vezes redonda numa perspectiva de depreciação da EAD. Há um preconceito quanto ao EAD que relaciona-se com a falácia da flexibilidade, da suposta facilidade que levaria o curso a distância a um espaço de descrédito que não possui as mesmas exigências e cobranças quanto à postura e a dedicação dos alunos, e o próprio envolvimento dos professores, o que demonstra que a educação tradicional ainda ocupa um espaço de centralidade, mesmo com a crescente ampliação dos cursos em EAD. Essa questão ficou evidente quando em uma das entrevistas realizadas durante o Seminário de Formação em Segurança Pública uma das minhas interlocutoras disse:

“fico com dó as vezes de não se abranger mais...de não ser um curso maior... de haver preconceito ainda no curso a distância. Eu conheci um colega seu da UFF, que não vem ao caso aqui falar, que rolou um preconceito dele comigo. Apesar de ser um tecnólogo, uma acadêmica ...ele não quis comparar o curso dele ao meu e o meu ao dele... se a gente estuda as mesmas pastas...é lá na frente que eu vou provar pra ele que posso até ser melhor que ele, se eu quiser! Porque eu sou dessas, né?!- disse olhando para o colega ao lado.”(Aluna do 1º período)

O curso de Tecnólogo em Segurança Pública apresenta-se de maneira inovadora na área da educação. Primeiro, porque corresponde a continuidade de um processo de consolidação e ampliação do trabalho iniciado no curso de bacharelado em segurança pública, em que os objetivos no tecnólogo, de acordo com o projeto pedagógico, são:

1. Propiciar a formação aos “profissionais da carreira de segurança pública” segundo o estipulado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnólogo do Ministério da

Educação de 2010, que permita a atuação na área da Segurança Pública e Social, entendida aqui como um conjunto de conteúdos voltado para a análise de reflexões e práticas que se ocupem do estudo dos processos institucionais de administração de conflitos, da violência e da criminalidade em seus diferentes matizes;

2. Possibilitar ao profissional indagar sobre as causas e impactos dos fenômenos da violência sobre um determinado coletivo social ou conjunto de segmentos de uma sociedade, produzindo entendimentos específicos que direcionem políticas públicas na área;

3. Concorrer para uma compreensão, por parte dos tecnólogos, das formas de organização das agências instituídas para lidar com os temas da prevenção da violência e da criminalidade, como também da promoção da justiça, visando desenvolver políticas públicas de segurança;

4. promover, baseado nas informações disponíveis sobre o tema, o desenvolvimento pelos profissionais formados de ferramentais teóricos e práticos que busquem a promoção de melhores taxas de previsibilidade, em função da ocorrência da violência e da criminalidade, em favor dos trajetos dos indivíduos em variados contextos sociais, seja nas esferas nacionais, estaduais ou municipais. Esse profissional poderá atuar nas funções de gestão, planejamento, avaliação e execução de políticas públicas da área.

Segundo, porque é o primeiro curso superior constituído numa instituição pública a ser ofertado exclusivamente por professores aos profissionais das carreiras de segurança pública com este projeto político pedagógico. Esse pioneirismo referente tanto à produção do conhecimento, quanto ao público-alvo envolve diferentes percepções e atribuições de sentidos às ações no espaço do Tecnólogo.

A análise dos dados resultantes da aplicação dos grupos focais e entrevistas qualitativas demonstra que os alunos matriculados no curso se separam em três grupos: os que não possuem formação superior anterior ao tecnólogo, os que possuem formação em nível técnico, e os que iniciaram curso de formação superior, mas não concluíram. Cabe ressaltar que a aplicação de entrevistas e grupos focais se deu com todos os alunos do Tecnólogo, incorporando, portanto, todos os profissionais da área de segurança pública. Entretanto, este trabalho orienta-se exclusivamente à análise direcionada aos alunos que possuem como profissão a atividade de policiamento. Tendo em vista que a maioria dos relatos colhidos tanto nos grupos focais quanto nas entrevistas qualitativas contavam com um número maior de profissionais dessa área, considerando-se que isso deve se justificar devido a porcentagem de

vagas do curso que é reservada exclusivamente para policiais. Contudo, os relatos destacados pelos outros profissionais de segurança pública, especificamente guardas municipais e agentes penitenciários, não foram descartados nesse trabalho.

O processo de socialização dos alunos com o curso tem início com a adaptação a plataforma Moodle. O Moodle é o espaço onde desenvolvem-se as atividades referentes ao tecnólogo como a aplicação do fórum, exposição das notícias, informes do curso, tutoriais de uso da plataforma, e postagem das atividades a distância. A plataforma é, portanto, o meio de comunicação central para o funcionamento do tecnólogo tanto por parte dos alunos quanto dos tutores. Durante o trabalho de campo foi relatado pelos alunos que uma das maiores dificuldades enfrentadas se referia a adaptação a plataforma Moodle, dificuldade esta que também foi apontada pelos tutores entrevistados. Durante o grupo focal aplicado na cidade de Nova Friburgo, ao serem indagados sobre os pontos negativos do curso, um dos alunos descreveu que: “a plataforma tem um campo de atividades da AD, você nunca acha a AD no lugar da AD e os exercícios no campo apropriado... se tem um campo específico pra mostrar os exercícios complementares...eu fico ali...eu me perco!”, da mesma maneira que uma aluna, durante entrevista, ao ser questionada sobre as dificuldades com o Tecnólogo destacou: “toda a dificuldade do mundo depois de trinta anos longe da escola... não sou uma expert da informática e eu achei a plataforma um terror, foi através da tutoria que foram me explicando a própria matéria da EAD... me explicando onde ia e o que fazia, aí abriu a luz no fim do túnel”. Ambos descrevem que esse problema é resolvido na medida em que se adaptam, com o tempo, aos recursos disponibilizados nos AVAs, o que também se verifica com o relato da Tutora a distância que diz:

“Primeiro tem um estranhamento com a sala de aula, com a plataforma a L\*\*\*\* me ajudou muito porque esses cursos que são oferecidos pelo próprio CEDERJ, que é de introdução a educação a distância e te ensina a mexer na plataforma, uma tutoria mesmo...aquilo ajuda mas não ajuda tanto. Pra aprender mesmo a mexer na plataforma tem que ter alguém te ajudando, porque a plataforma... é difícil mexer na plataforma, tem que ter alguém te auxiliando, te dando uma ajuda. Hoje, depois que teve uma mudança na plataforma, eu fui aprendendo, mexendo, mas não é todo mundo que tem esse tempo... que pode fazer esse tipo de coisa. Acho que o CEDERJ tinha que proporcionar algo diferente, ou remodelar esse curso que já tem, (...). E é no curso também que é dado de introdução a distância que você vai conhecer como é implementado, como funciona a plataforma Moodle, eu acho. Vi

vários problemas... é uma coisa muito pedagógica, o tutor, por exemplo, que eu fiquei na turma tratava a gente como criança.” (Tutora a distância)

Partindo da minha posição enquanto tutora a distância do Tecnólogo, observei esta dificuldade com a plataforma especificamente nos fóruns. Os fóruns, dentro da plataforma Moodle, são o espaço destinado ao debate do conteúdo da disciplina através da mediação dos tutores a distância. Essa interação é planejada através do cronograma da disciplina, ou seja, cada semana é referente ao texto de uma aula, que geralmente possui duas questões que devem ser postadas no fórum e respondidas pelos alunos. O fórum é um ambiente de extrema importância dentro do tecnólogo, primeiro porque é através dele que de fato ocorre a educação a distância na prática, visto que é por meio do fórum que o conteúdo da disciplina é debatido, segundo porque configura o único espaço de interação entre os alunos e os tutores a distância. Conforme dito anteriormente, os tutores a distância são responsáveis por essa mediação e, portanto, são os responsáveis por postar no fórum as questões que recebem da Coordenação do Curso, sendo assim os alunos devem responder exclusivamente dentro do espaço que foi postado pelo tutor, o que na prática, no período de adaptação dos alunos, não ocorre. Isso se torna um problema, porque dificulta que o debate ocorra em um lugar específico, fazendo com que as respostas fiquem espalhadas pela plataforma, dificultando, consequentemente, a visualização de todos os colegas da turma, e o próprio debate. Essa questão ainda infere nas atribuições do tutor presencial, que deve, no conjunto de suas atribuições, pontuar a participação dos alunos nos fóruns. Portanto, quando as respostas não são dirigidas a um local específico, o trabalho do tutor presencial torna-se mais difícil.

Assim como a adaptação com a plataforma configura um problema inicial no processo de socialização dos alunos, a adaptação a linguagem acadêmica também representa uma das etapas desse processo. Enquanto tutora pude observar a utilização de uma linguagem informal não somente nos fóruns, mas também nas provas presenciais em que colaborei com a correção. Em consonância com a linguagem coloquial utilizada pelos alunos, também se coloca a questão da interpretação das perguntas dispostas nas avaliações. Parte dos alunos do primeiro período muitas vezes não respondem ao que é solicitado, partindo frequentemente para utilização das experiências pessoais resultantes do exercício profissional, e também do senso comum para desenvolverem suas respostas. Isso configura um problema, à medida que a proposta do curso é voltada para a produção de um conhecimento reflexivo, pautado na ciência, o que difere completamente do senso comum e das experiências vivenciadas por estes

profissionais no exercício de seu trabalho. Essa questão foi descrita por uma das Tutoras Coordenadoras do Tecnólogo durante entrevista:

“Eles querem expor a todo tempo o que eles vivenciam na prática e eu tento explicar pra eles que na prova o que vai ser avaliado é o que está na pesquisa. Eles não devem colocar a opinião deles de acordo com a experiência. Muitos deles não fazem isso, aí chega a prova eles veem a nota e acha que professor não viu isso, não viu aquilo, aí tentam me explicar (...) alguns acham que eu posso mudar a nota, alguns acham que o tutor tem acesso a prova antes”. (Tutora coordenadora)

A exposição das demandas dos alunos frente ao tecnólogo faz-se importante para compreender qual tipo de interesse os alunos depositam no curso. Os dados obtidos apontam que mais da metade dos participantes dos grupos focais e dos interlocutores das entrevistas qualitativas se interessaram pelo Tecnólogo por vislumbrar como uma maneira de obter uma promoção dentro da carreira, em segundo plano e, em menor número, existem aqueles que manifestam o interesse em deixar a profissão em detrimento de utilizar o tecnólogo como ferramenta para conquistar outro emprego. De forma concomitante a esses dois perfis, existem os que demonstraram interesse em dar prosseguimento aos estudos iniciados no Tecnólogo através de uma pós-graduação. Essas perspectivas, em maioria, foram associadas a uma mudança no atual cenário da segurança pública, como se verifica na fala destes dois alunos:

“tenho um grande desejo que essa faculdade, esse estudo me renda frutos...a gente ainda não sabe como vai se desenrolar esse progresso dessa funcionalidade desse curso na prática, mas eu ainda tenho um grande desejo de ainda ver uma grande prosperidade educacional interna na polícia, e eu até poder estar participando dessa parte educacional... de propagar a educação... o conhecimento dentro da nossa corporação...conseguir essa divulgação fazer melhorias, né, internas..esse sonho de ver isso”. (Aluno do Tecnólogo)

“Eu também sou sociedade, eu não sou só policial, eu tenho família, tenho irmão, mulher, tenho filho, então eu to fazendo curso pra tentar mudar a instituição de alguma forma que eu vejo, observo, nesses 15 anos de polícia é o policial sofrendo”. (Aluno do Tecnólogo)



Em uma das entrevistas realizadas no polo de Niterói, fui surpreendida pelas expectativas e observações do meu entrevistado sobre Tecnólogo, que além de mostrar-se empolgado com o conhecimento adquirido, me relatou sobre o interesse de estabelecer um trabalho semelhante ao TCC no tecnólogo.

“Eu tenho a esperança de tentar fazer alguma coisa no sentido de, terminando essa graduação aqui, fazer minhas pós em sociologia. Eu não concordo com a situação atual que o sistema penitenciário, e isso é uma visão pessoal, uma visão minha, eu to falando enquanto aluno, eu não tenho autorização pra falar pela secretaria, estou falando enquanto aluno...eu não concordo com o modo que acontece hoje em dia... que a cadeia acaba não ressocializando ninguém, muito pelo contrário, as vezes, por falha na justiça, quando o apenado tem posses, é um cara rico, ele recorre dali, recorre daqui, e muitas das vezes ele se livra de algumas situações em que a outra parte que tem menos de posses, menos dinheiro pra contratar advogado, não consegue... eu até tinha falando com o professor Kant que seria bom se nós introduzíssemos na nossa grade uma exposição de motivos, tipo um trabalho de conclusão de curso, *em que* você faz um trabalho qualquer e expõe para os colegas mesmo e para banca de tutores...ele disse que iria pensar sobre isso...pelo menos foi colocada uma sementinha...o nosso curso a gente tem muita vivência lá fora de crime e violência” (Aluno do Tecnólogo)

Conforme ressaltado anteriormente, a plataforma Moodle é o meio de comunicação central para o exercício do Tecnólogo. Haja vista que as tutorias presenciais não são obrigatórias, exceto a de informática, grande parte dos alunos tem acesso às informações exclusivamente pela plataforma e pelos tutores a distância. É importante destacar que a estrutura de ensino da EAD é ramificada e composta por profissionais que possuem atribuições cruzadas. Cruzadas porque enquanto o tutor presencial corrige as avaliações a distância, os tutores a distância corrigem as avaliações presenciais, fora isso a estrutura de ensino ainda comporta os tutores coordenadores, que ficam nos polos, e os coordenadores de disciplina. Toda esta ramificação de atribuições somada ao processo de adaptação dos alunos aos recursos da plataforma e as regras universitárias provoca uma confusão nos alunos no que diz respeito às datas de entrega das avaliações a distância (ADs), e dos pedidos de revisões das avaliações. O que diferencia esse processo de socialização com o qual todo aluno, seja de um curso presencial ou a distância, está fadado a passar é o contexto no qual se desenvolve o



Tecnólogo e as próprias características da EAD, sobretudo as características dos atores envolvidos, especificamente os alunos.

Desde meados de 2015, o curso de tecnólogo perpassa por uma situação delicada frente aos pagamentos de tutores e coordenadores de disciplina, que recebem uma bolsa da Fundação CECIERJ custeada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

Todo esse contexto de crise financeira, como se tem noticiado abundantemente, acarretou em corte de gastos e adiamento do pagamento dos servidores e impacta diretamente no trabalho realizado no Tecnólogo. Mesmo que as atividades não tenham sido interrompidas muitos tutores encontram-se acumulando funções, como foi descrito em entrevista com uma das funcionárias administrativas do tecnólogo, segundo ela toda essa conjuntura de acúmulo de funções resulta numa dificuldade de cumprimento de calendário, principalmente no que diz respeito a divulgação de notas das Avaliações a Distância e Avaliações Presenciais.

Todos esses relatos dão conta de uma questão que me parece ser central na análise do processo de socialização do tecnólogo. A socialização no curso não é unilateral, ou seja, tal como os alunos adaptam-se às regras do curso, os tutores e coordenadores orientam seus cursos de ação e formulam protocolos de acordo com as ações desempenhadas pelos alunos.

O que ocorre neste caso, é que nem sempre a formulação de protocolos e padrão de condutas e medidas a serem tomadas ocorrem antes das ações dos alunos. O que confirma esta questão é o procedimento adotado pelo Tecnólogo referente ao problema da “cola” e da arma nos polos. A cola, evento que ocorre não só em ambientes universitários, mas também nas escolas, adquire no tecnólogo configurações específicas devido às reações dos alunos quando são pegos pelos tutores durante a cola. VERÍSSIMO (2015) descreve que a cola e a questão da arma tem a ver com a bagagem corporativa destes alunos, que influencia e orienta o processo de tomada de decisões dos alunos dentro do âmbito universitário. Uma de minhas interlocutoras, durante entrevista, relatou um episódio de cola ocorrido no polo, onde o aluno, ainda não socializado, muito menos constrangido pelas regras universitárias, reagiu de forma agressiva após ser pego colando.

“E esse mesmo aluno, na última prova que teve na API, eu peguei ele colando, aí eu fui lá e a instrução que já tinha tido até no polo era que se você tivesse visto a primeira vez era pra você pedir p guardar o material e pra não tirar a prova, aí eu fui

lá e falei ‘tô vendo que você tá com uma cola, vou te pedir p guardar’, e ele ficou meio irritado e começou a meio que ameaçar as pessoas, dizendo: pensam que na rua as coisas são que nem aqui na sala de aula -falando alto no meio da sala de aula. -As coisas não são assim não, não sei o que’. Na hora de sair jogou a prova e eu ignorei, não falei nada. Fiquei, fiz uma vista de prova bem em cima porque eu tava percebendo que tava um clima de cola. Por que é isso q eu falei nem todos tem essa ideia de que estão num curso para se formar, então isso é complicado...e aí depois ele bateu a porta.” (Tutora presencial)

A questão da “cola” vai evidenciar o problema no relacionamento entre alunos e tutores, especificamente os presenciais, que são os que mantêm uma relação mais próxima com os alunos. Assim, os tutores presenciais

Fica claro, portanto, que o Tecnólogo em Segurança Pública significa para estes profissionais mais do que uma oportunidade de acesso ao ensino superior. Para eles, o Tecnólogo significa uma possibilidade de modificar o atual quadro da Segurança Pública no país que, segundo eles, necessita de transformações. Assim, as expectativas dos alunos quanto a formação no Tecnólogo são positivas e se relacionam, principalmente com as motivações para o ingresso no curso. Pois, parte dos alunos, como demonstrado, ingressaram no Tecnólogo com o intuito de obter promoção na carreira, e almejam, segundo os relatos, promover estas transformações dentro do espaço onde já trabalham.

### **3- O CONHECIMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOS SOLDADOS E O “FAZER POLICIAL”: UMA DESCRIÇÃO DA IMPREVISIBILIDADE DAS AÇÕES POLICIAIS**

Neste capítulo proponho destacar de que forma as socializações anteriores vivenciadas pelos policiais nos cursos de formação e no exercício de seu trabalho impactam no comportamento dos alunos frente a explicitação de suas demandas e na administração dos conflitos dentro do espaço universitário. Parto do pressuposto de que as lógicas acerca da segurança pública, e especificamente do conflito, que são socializadas nos cursos de formação e nas ruas, são as categorias mais difíceis de serem desconstruídas durante o processo de socialização ao Tecnólogo.

A Academia D. João VI e o CFAP são responsáveis pela formação respectiva dos oficiais e praças, respectivamente, da polícia militar. Embora a diferença de patente configure distintas atribuições no exercício do trabalho do policial e direitos desiguais (LIMA, 2013), o conteúdo transmitido para os praças e oficiais durante os cursos de formação se assemelham em um sentido: a predominância de disciplinas de direito e de ordem militar. SILVA (2011) e MUNIZ (1999) atribuem a presença das disciplinas de direito no currículo dos cursos de formação, como uma consequência da instauração do regime democrático no Brasil, que trouxe como uma das consequências, além da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a modificação do currículo da polícia, no intuito de desconstruir a imagem de uma polícia autoritária e abusiva construída no período de regime ditatorial. Em contrapartida, as disciplinas jurídicas e as disciplinas militares tem o intuito de produzir nos alunos o espírito de corpo (CASTRO, 1963), a identidade militar, que compreende principalmente a noção de hierarquia. A hierarquia, nesse sentido, será responsável por garantir a ordem nos cursos de formação, assim no ambiente militar ordem e obediência significam o reconhecimento da autoridade, principalmente a obediência, como demonstra SILVA (2011).

Embora compartilhem das mesmas referências de conhecimento, direito e disciplinas militares, os espaços e recursos disponibilizados aos oficiais e praças em formação são distintos. Os praças, especificamente, convivem durante sua formação em um ambiente debilitado tanto em relação a recursos humanos quanto espacial. Em pesquisa realizada em 2006 para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (2006), essas características tornam-se explícitas através dos relatos recolhidos tanto dos alunos quanto dos oficiais e demais profissionais envolvidos com o ensino na CFAP (pedagogas e psicólogas) (CARUSO, 2006). Os discursos revelam um efetivo reduzido de profissionais para ministrarem as aulas aos alunos, além da ausência de espaços como biblioteca, ginásio e auditório. CARUSO (2006) destaca que

“muitas salas não possuem iluminação e ventilação adequada, agravada pelo fato do CFAP localizar-se numa região quente da cidade. Os ventiladores, que muitas vezes não estão em funcionamento, estão aquém da necessidade do local, sobretudo porque cada turma possui cerca de 70 (setenta) alunos. Os alojamentos também se encontram em estado precário, não havendo armários para todos os alunos, e, os poucos existentes estão amassados, danificados e enferrujados. O cenário descrito acima torna-se ainda pior no período de chuvas, quando a falta de reparos e cuidados básicos ocasiona alagamentos tanto nos alojamentos quanto nas salas de aula, decorrentes de goteiras e vazamentos.” (CARUSO, 2006, p.23)

Além das questões de inadequação da estrutura do CFAP, a questão do ensino dos praças aparece como uma questão emblemática no Relatório da pesquisa da SENASP. CARUSO (2006) aponta que os professores responsáveis por ministrar as aulas aos praças são majoritariamente oficiais que são obrigados a executar esta função devido a limitação de recursos para contratar professores responsáveis exclusivamente para o ensino dos praças. Os relatos recolhidos pela autora durante a pesquisa revelam uma insatisfação evidente dos alunos, que em maioria declaram o despreparo dos oficiais enquanto professores e a falta de qualidade das aulas. Outro aspecto que torna o ensino comprometido é a prestação de serviços de rua dos alunos mesmo enquanto estão ainda na condição de alunos, ou seja, mesmo em período de formação os praças exercem ofício de policiais na rua, o que muitas das vezes é tomado como preferência em lugar das aulas.

Ainda que existam disparidades quanto a quantidade e a qualidade de recursos fornecidos à educação dos oficiais e praças, é lugar-comum na fala de ambos a ineficiência dos cursos de formação enquanto conhecimento capaz de dar conta dos conflitos e da “realidade” das ruas. Dentro desse sentido, os policiais chamam atenção para o “fazer policial”, conjunto de saberes desenvolvidos através das experiências adquiridas no exercício do ofício de policial. Especificamente no caso dos policiais militares, o fazer policial adquire um maior status de evidência, à medida que são os agentes de segurança pública que possuem a relação de maior proximidade com a população. Para MUNIZ (1999), esse abismo entre o ensino das escolas e o fazer prático, revelam que

“Os PMs da ordem pública descobrem *on the job* que, na maior parte vezes, não há a oportunidade de um encontro feliz entre os diversos níveis de exigência que circunscrevem a sua ação pontual. Eles aprendem no agora-já das pessoas, situações e acontecimentos, que nem sempre é possível fazer convergir a “letra da lei”, a sua interpretação em termos de *enforcement*, os procedimentos de emprego do uso da força, a validação moral do curso de ação adotado e a produção de resultados tangíveis, eficazes e satisfatórios. Por conta disso, observa-se uma renúncia, mais ou menos consciente, daquelas orientações contidas nos manuais e processos de formação que mostram-se pouco adequadas a um ambiente de intervenção policial invariavelmente marcado pela contingência, incerteza e volatilidade. Por outro lado, constata-se a valorização da experiência pessoal como uma forma de “saber-ato” que é construído em um processo simultâneo de “*training on the job*” e troca de vivências entre policiais mais e menos experientes.” (MUNIZ, 1999, p. 16)

A ação policial é alvo frequente de críticas tanto por parte da população quanto pela mídia. MEDEIROS E EILLBAUM (2004) atentam para o poder que a internet e a mídia detêm para a denúncia de casos de violência policial, onde em sua maioria a natureza social da vítima configura um valor imperativo no tamanho da repercussão e mobilização da sociedade para resolvê-los. A tensão na relação da polícia com a sociedade é verificada demonstrada por BRETAS (1997) desde a instauração da república no Brasil. O autor destaca que o período histórico da república é caracterizado pela existência de um projeto burguês a ser implementado na cidade do Rio de Janeiro, não somente referente aos planos arquitetônicos e paisagísticos, mas principalmente no sentido de adequação de uma população composta por ex-escravos e imigrantes a um projeto europeu de cidade harmoniosa, o que o autor denomina, ao citar Nicolau Sevcenko, como “inserção compulsória na *belle époque*, onde o projeto burguês de ordem social leva ao paroxismo a ideia de uma nação harmoniosa, construída sobre a mais eficiente repressão” (BRETAS, 1997, p.31). Nesse contexto, a polícia foi definida como instituição responsável por administrar os conflitos resultantes das manifestações contrárias ao projeto do governo, em um espaço público marcado pela pluralidade. Ainda verifica-se nesse período um status adversário entre exército e polícia no conjunto de suas atribuições, a medida que o exército era bem quisto pela população por ser composto majoritariamente por membros das classes baixas, enquanto em contrapartida a polícia era vista com resistência pela população. Assim verifica-se se que na república “no seu relacionamento com os múltiplos grupos sociais existentes na cidade, que a polícia desenvolve seus recursos, produzindo ao final do período um leque de estratégias que, de acordo com sua avaliação do encontro, permite ao policial recorrer à violência ou a formas de negociação.” (BRETAS, 1997, p.72).

Entre as alternativas de ação, privilegiando o pessoal ou o impessoal, com que se defrontam os policiais, encontramos via de regra um saber transmitido nas instâncias regulares de ensino que valoriza a impessoalidade e os códigos, contrabalançado pela existência na cultura organizacional - presente sempre nas interações - de um conhecimento claro da utilidade das práticas pessoais. A corporação policial, em suas escolas, rende homenagens aos mesmos valores impessoais cultuados pelo saber jurídico, para que em seguida o policial o negue em suas ações (BRETAS, 1997, p. 22).

Toma-se, portanto, como referência para a análise das tipificações e seus respectivos impactos nas relações desenvolvidas no âmbito do tecnólogo, o processo de socialização dos policiais militares nas academias de formação e durante o exercício da atividade policial. Desde a sua criação, a polícia militar passa por alterações em sua configuração que se relacionam diretamente com o período político e social da época. BRETAS (1997) aborda as peculiaridades da prática policial no período republicano, época de grandes transformações no espaço público, redefinições de papéis dos atores sociais e transição política. O autor, trata esse período como emblemático para polícia por dois aspectos: primeiro pelo fato de se adaptar e orientar o exercício do seu trabalho às novas configurações causadas pela instauração da república no Brasil, segundo no que diz respeito à relação de tensão com a sociedade e as demais instituições de segurança pública da época, especificamente o exército. Tal como no período republicano, a polícia viu-se em um novo espaço, orientado por novas leis e redefinido socialmente, o período pós ditadura trouxe à instituição a obrigatoriedade da reforma institucional tanto no ramo das academias de formação, quanto na operacionalidade. Como MUNIZ (1999) acentua, a polícia vai emergir no período pós ditadura, como instituição capaz de conciliar o respeito aos direitos humanos e ao mesmo tempo o caráter de ordem e ostensividade. Esses dois períodos refletem, portanto, um dos diversos recortes dos períodos de adaptação da polícia a novas estruturas políticas e espaciais, onde o “fazer policial” (ANO E PÁGINA), da polícia militar, independente da ocasião, encontra-se em uma linha de tensão tanto no que diz respeito a relação com a sociedade, quanto com a própria instituição policial.

Embora a polícia militar detenha uma relação delicada com a sociedade e também com a instituição policial, as formas como suas ações direcionam-se a ambas são distintas. A Instituição Policial Militar, enquanto responsável pela formação tanto dos praças quanto dos oficiais, respectivamente pelos programas CFSD E CFO, é marcada fortemente pela hierarquia e autoridade tanto no período de desenvolvimento dos cursos quanto no espaço de exercício profissional. Não à toa, SILVA (2011) descreve o processo de construção da identidade militar, na Academia de Polícia Militar D. João VI, através da observação dos ritos de interiorização do *ethos* militar, sejam eles em ritos informais como o trote ou os ritos tradicionais como da entrega do espadim, ambos possuem o intuito de desenvolver no aluno o espírito militar, que incorpora as noções de ordem, autoridade e hierarquia, que durante todo o curso serão estimuladas pelo próprio Corpo de Alunos. A própria configuração das regras e do espaço da Academia, provocam no aluno a sensação permanente de vigilância, à medida que

os espaços se organizam de forma a propiciar a observação constante, e que as atribuições hierárquicas dentro das próprias turmas através do cadete do dia, tendem a imprimir a noção de vigilância como fundamental para admoestar os que diferem do padrão exigido pela academia. Diferir do padrão é não obedecer as ordens, ir de encontro a hierarquia, dessa forma, percebe-se, portanto, um controle dos direitos dos alunos. Sendo assim, os direitos só serão direitos quando as autoridades responsáveis determinarem que o são, no mais são privilégios que devem ser banidos e/ ou controlados para que não deturpem a ordem.

A todo momento percebe-se nas academias de formação a utilização não só do modelo tradicional de educação, onde o professor resigna-se como fonte única do saber e o aluno como mero receptor, mas um espaço onde a hierarquia, a vigilância e a autoridade em punir é demarcada em vários níveis.

Esses trabalhos servem para compreender como a socialização dos policiais militares ocorre em suas respectivas escolas de formação profissional. Contrastivamente, tomo como referência para a análise de seus respectivos impactos nas relações desenvolvidas no âmbito do “tecnólogo”. Especificamente através das lógicas que orientam o que é o conflito, a legitimidade, a autoridade e o exercício de direitos.

#### **4- De policial a estudante: O processo de socialização no Tecnólogo a partir do conflito.**

Neste capítulo, descreverei como se dá o processo de socialização do policial no Tecnólogo em Segurança Pública. Para isso, pretendo demonstrar de que forma a socialização vivenciada pelo policial nos cursos de formação influencia no processo de adaptação deste às regras da universidade, especificamente no que diz respeito ao conflito.

Coulon (2008) define o processo de se tornar um estudante em três etapas: estranhamento, aprendizagem e filiação. O tempo de estranhamento será, portanto, aquele em que o aluno é recém-chegado no ambiente da universidade e que estranha, por conta das socializações anteriores, o ambiente universitário. A etapa de aprendizagem será a que o aluno inicia a sua adaptação e conhecimento das regras que ordenam a universidade, chegando, portanto, à etapa da filiação, onde o fim do ciclo é transformar-se de um aluno ao estudante, que reconhecendo e adaptado às regras filia-se a universidade. Parto do pressuposto de que todos os estudantes estão suscetíveis a este processo, e que o que diferencia os

policiais dos demais alunos é a forma como eles administram e recebem a etapa do estranhamento na universidade.

A etapa do estranhamento revela não somente a ausência de reconhecimento da autoridade e legitimidade dos profissionais do tecnólogo, mas também a forma como estes atores interpretam o que é o exercício dos direitos. Dentro dos cursos de formação policial há um controle sobre o que é o exercício dos direitos, mais do que isso a ideia de que o direito é um privilégio, sendo, portanto, manipulado e retirado à medida que é conveniente. SILVA (2011) atenta para a concepção militar sobre o direito dentro da Academia João VI, exemplificando que o direito a folga aos finais de semana dos alunos é visto como um privilégio pelos oficiais, que o retiram à medida que desejam punir as falhas ou inadequações dos alunos ao ambiente militar. Como se pode perceber, o direito não é algo inerente e assegurado ao indivíduo dentro do mundo militar, mas um objeto de manipulação, sendo inclusive utilizado para punir. O controle da Instituição Policial Militar sobre o exercício de direitos dos policiais é perceptível inclusive dentro do Tecnólogo. Esse controle era um problema dentro do curso, pois os alunos reclamavam frequentemente com a coordenação e com os tutores que não eram liberados para realizarem as provas presenciais. Esta questão fica evidente a partir do relato de um aluno, que descreve a dificuldade de exercer os direitos na Instituição Policial.

“No início do curso eu tava de licença especial e tava bom pra mim, só que acabou e agora tô sentindo o impacto...deles dificultarem a vida e tal. Só o que tem um decreto, né, para darem prioridade ao ensino, só que muitas das vezes eles passam pelo que tá escrito. **O policial pode cobrar pelo que tá no regulamento, mas podem te punir, aí i o polícia fica com medo de cobrar os seus direitos. Eles exigem as obrigações, mas os direitos são restringidos por ameaças indiretas.**”(Aluno do Tecnólogo)

De forma distinta, o campo universitário é um espaço onde o exercício do direito se dá a partir da socialização às regras, e não a partir do controle autoritário e hierárquico. Assim, a socialização às regras da universidade ocorre a partir do conjunto de experiências adquiridas a partir das situações vivenciadas pelos alunos, e através das orientações que os profissionais da universidade transmitem a estes. Com isso, quero dizer que os resultados da demanda de um direito dentro da universidade são previsíveis, pois eles se orientam de acordo



com as regras. Diferente disso, na instituição da polícia militar, o direito está sujeito a imprevisibilidade e a possibilidade de manobra em punição que é possibilitada pela hierarquia e no autoritarismo.

FERREIRA (2014) define a universidade como um mundo estranho para os alunos recém-chegados da escola. O autor descreve que esse estranhamento ocorre porque as disciplinas, o formato do conhecimento e a figura do professor na universidade são distintos daquele vivenciado pelos alunos durante o colégio. Especificamente no campo das ciências sociais aplicadas, o processo de socialização dos alunos ao ambiente universitário é orientado principalmente em torno de não somente aprender o que é dito nos textos e nas aulas, mas principalmente o que se quer dizer com aquilo. O que se quer dizer, neste caso, tem a ver com a capacidade de interpretação de fenômenos e situações, o que configura o conhecimento difundido na universidade como científico e baseado na reflexão, pois a partir dele é possível realizar a leitura do mundo. Portanto, a socialização no ambiente universitário vai além do entendimento literal, ela pretende alcançar, sobretudo, o aprender o que se quer dizer, que significa desenvolver a capacidade de reflexão a partir do que é trabalhado em aula.

A universidade se coloca, portanto, como um espaço que pretende romper com as condições de existência, com a vida afetiva, e principalmente com a questão psicopedagógica (Coulon, 2008). Isso significa que a entrada da universidade simboliza não somente a passagem de um ensino para outro, mas uma passagem para a vida adulta, onde os papéis e a configuração do ensino serão destinados a um indivíduo que deve adquirir autonomia, e responsabilidade para se adaptar ao ambiente acadêmico.

No Tecnólogo a entrada na universidade não simboliza a chegada a vida adulta, pois estes já o são, mas um processo de desconstrução das categorias apreendidas nas socializações anteriores, especificamente a militar. Esse processo de desconstrução se dá principalmente através do conflito, que, no Tecnólogo, é visto como positivo, como um elemento que possibilita o consenso, a adaptação às regras, e até mesmo a criação de protocolos, como no caso da cola, citado no início deste trabalho. Já nos cursos de formação, os policiais são socializados com uma visão negativa do conflito, orientados pela lógica militar e do direito. Assim, o conflito, para eles, explicita “o presságio do fim do mundo” (DAMATTA, 1997, p. 183) e, portanto, deve ser combatido a fim de restabelecer a harmonia e a paz social. O conflito, nessa lógica, é solucionado a partir da imposição autoritária, que evoca o poder e a autoridade do aluno a partir de sua posição social enquanto policial. Esta questão fica clara

com a transcrição de um áudio de Whatsapp enviado por um dos alunos do Tecnólogo a um grupo composto por tutores e alunos do polo de Três Rios.

“É, pois é, mas não tem nada...Parece que somos avaliados pela função que exercemos. Como nos incomodamos na rua, tem muita gente, muitos sociólogos que não gostam da *gente*, então fazer o que né?! Eu prefiro minha interpretação dessa forma. Se olhar meu trabalho, meu trabalho tá correto e coeso, infelizmente só não transformei de Word pra PDF. Mas tá tranquilo, pô...eles acham que nunca irão precisar do polícia na rua, acham que nunca irá precisar do guarda municipal, do bombeiro, do polícia civil. **Eles só tem que todo dia dobrar o joelhinho e orar e pedir pra que eu não lembre da carocha, porque se lembrar da carocha eu não vou prejudicar não, só vou agir da forma correta igual ele fez.** Não tá dizendo lá que se não transformar em PDF ele não vai corrigir?! Ele não me deu erro?! Então pronto! Se um dia eu lembrar da carocha e cair na minha mão, torça pra que esteja certo porque se tiver errado eu vou proceder da forma correta, somente! Não vou botar e nem retirar, vou agir da forma correta. Comigo é assim levo logo pro coração!” (Aluno)

Este conflito explicita que os alunos não somente não sabem exercer seus direitos, mas que também não reconhecem a autoridade dos tutores, o que fica claro através da linguagem e da informalidade ameaçadora do discurso. Parto do pressuposto, de que por não saberem como exercer seus direitos, devido a socialização militar, a qualquer problema que encontram no Tecnólogo recorrem ao autoritarismo e a ameaça, pois não estão adaptados às formas de administração de conflito do espaço civil. Estes portanto,

“administrados com a lógica da vida civil rompem com a experiência dos alunos que percebem a ordem na universidade como uma anarquia, porque não tem hierarquia. O estranhamento dos alunos os faz experimentar que a vida civil é um caos ordenado pelos instrumentos de administração institucional de conflitos, a serem acionados individualmente pelos cidadãos-alunos” (GERALDO, LIMA p. 20)

Recentemente, a coordenação do curso de Tecnólogo em Segurança Pública recebeu o encaminhamento de um e-mail de um dos alunos do Tecnólogo direcionado a um tutor presencial. No corpo do e-mail, transcrito abaixo, é perceptível que o aluno em questão, não considera a autoridade do tutor enquanto legítima a ponto de ser respeitada desqualificando sua capacidade enquanto profissional.

“Muito obrigado Seu B\*\*\* pelo comprometimento com seus alunos, enviou a nota da AP2 em cima da prova, fiz uma boa AP2 e me deu uma nota horrível, e agora como vou estudar para a AP3 se a prova é domingo e ainda estou de serviço, o senhor não sabe como é a burocracia dentro da Polícia Militar e agora como vou fazer a parte para ser liberado do serviço, se o senhor não sabe na polícia é tudo antecipado, vou ter que me virar pra fazer a AP3 e quero a revisão da AP2, muito obrigado pela sua irresponsabilidade.” (Aluno do Tecnólogo).

A partir da transcrição deste e-mail é possível realizar uma comparação que revela uma especificidade da socialização dos alunos no Tecnólogo: eles só se constroem as regras à medida que veem a possibilidade de uma sanção. Isso ocorre pois os policiais, enquanto alunos dos cursos de formação são socializados dessa forma. Onde a obediência é o reconhecimento da hierarquia, da autoridade, e um bom aluno é aquele que adere da melhor maneira as regras da instituição configurando, portanto, o que seria o “aluno padrão” ou “cadete padrão” (SILVA,2011). Na mesma medida, a noção de corpo desenvolvida no âmbito militar é a mesma responsável pelo controle entre os pares, através do corpo de alunos, de aluno para aluno, do comportamento, pois as sanções pela ação de um único aluno podem recair sobre a turma inteira.

Isso se torna mais evidente ao analisar o processo de formação dos praças. Os praças durante o CFAP, especificamente, contam com uma estrutura tanto educacional quanto espacial debilitada, o que se contrapõe à estrutura oferecida aos alunos da Academia João VI, CARUSO(2006). Segundo pesquisa realizada para a SENASP em 2011, o ensino destinado aos praças compreende majoritariamente disciplinas ligadas ao *ethos* militar, como a de "Ordem Unida", além deste fato, destacou-se a ausência de um plano de aula adequado e de professores preparados para ministrarem as disciplinas. De acordo com a pesquisa o CFAP possui uma defasagem de recursos humanos, o que agrava a disponibilidade de profissionais habilitados para ministrarem aulas, o que faz com que a PM recorra aos oficiais como maneira de administrar o problema, vale ressaltar que estes são convocados de maneira obrigatória. As narrativas dos alunos colhidos durante a pesquisa denotam que a educação, o ensino dos soldados, não é prioridade da PM, sendo os mesmos convocados, ainda em formação, para prestar serviços de rua. O que se pode perceber com essa pesquisa qualitativa é que os praças convivem a todo tempo durante o curso de formação, com um ambiente imprevisível, com

profissionais desabilitados, com espaços e recursos inadequados, entretanto o que se percebe é que não existe uma manifestação conjunta e explícita por parte desse corpo de alunos frente às problemáticas vivenciadas durante a formação. Tendo em vista esta imprevisibilidade do ensino com que são socializados durante o curso de formação, o que os mantém respeitando a autoridade dos professores, mesmo conscientes das condições precárias a que são submetidos? As sanções e a hierarquia. Um aluno questionador é um aluno perturbador da ordem, da disciplina, e conseqüentemente da hierarquia. Portanto, mesmo que as demandas sejam referentes aos direitos, mesmo que básicos, o aluno assim como o policial já formado sente-se constrangido pela hierarquia ao explicitar suas demandas.

Isso demonstra que os policiais só se inclinam as regras à medida que veem a possibilidade de receberem uma sanção, pois desta forma que foram socializados nos cursos de formação, a partir do controle, da vigilância e da permanente possibilidade de sanção. Isso implica, portanto, no desconhecimento destes policiais na forma como devem recorrer e formular suas demandas, que mesmo que legítimas quanto ao conteúdo são corrompidas pela forma que se manifestam. Logo, podemos perceber que a sanção nesse sentido, é o que vai delimitar a autoridade, a legitimidade e a obrigatoriedade destes policiais a se constrangerem as regras. A diferença é que quando isto ocorre dentro do Tecnólogo a sanção não recai sobre o corpo, como na polícia, mas sobre a vida universitária do aluno.

O processo de socialização no Tecnólogo se dá a partir do momento em que o policial se abstém de recorrer a sua identidade e ao hábito policial para então se reconhecer e portar enquanto estudante. Isso implica aderir as regras universitárias, o que ocorre a partir do conflito. Sendo assim, “a contradição e o conflito não somente precedem esta unidade, como operam em cada momento de sua existência(...) o próprio conflito resolve a tensão entre os contrastes.” (SIMMEL, 1983, p. 124). Nesse sentido, o conflito deixa em evidência quais as regras e a forma a qual o policial deve se debruçar para formular suas demandas, demarcando e demonstrando que existe autoridade no Tecnólogo. Para demonstrar esta questão utilizo como exemplo a resposta desenvolvida pelo Coordenador do curso ao aluno que escreveu o e-mail transcrito acima.

“É importante salientar que sua mensagem foi encaminhada às instâncias administrativas do Curso e, por essa razão, é considerada como uma forma de comunicação oficial. Assim, providências foram solicitadas em relação não apenas ao teor, mas sobretudo em relação ao

tom da mensagem.

Diante disso, a Coordenação do Curso tem a esclarecer que:

1) Sua mensagem foi escrita em um tom inapropriado para a Universidade Federal Fluminense e as demais instâncias burocráticas que colaboram com a administração do Curso. Consideramos que a mesma foi redigida em tom desrespeitoso, antiético e descordial conforme indica o **Termo de conduta em sala de aula** (<http://cederj.edu.br/extensao/termo-de-conduta/>) que deve ser observado em quaisquer comunicações com a administração do Curso. Sua mensagem foi encaminhada ao Senhor B\*\*\*, Tutor presencial. O Sr. B\*\*\*\* não é responsável pela correção das provas presenciais. Não é demais dizer que sua mensagem demonstra um desconhecimento quanto aos envolvidos no Curso, mas também um grande desrespeito de sua parte em relação a todo o Curso(...)" (Coordenador do Tecnólogo)

Assim, como se pode perceber, o conflito levantado pelo aluno em questão é administrado a partir das regras universitárias. A mais importante delas se refere ao fato de demonstrar ao aluno que sua postura além de visível para toda administração do curso, também vai contra as regras estabelecidas no Termo de Conduta. Isso significa demonstrar e demarcar que a universidade possui regras e autoridades responsáveis para que sejam cumpridas dentro do que é previsto no regulamento.

Fica claro, perceber que o espaço do Tecnólogo, na ótica dos alunos, será um espaço onde estes terão suas demandas e direitos garantidos, já que se trata de um espaço civil diferente do militar. Mas que direitos e demandas são essas? Os policiais veem os direitos como um objeto indefinido, e que pode ser demandado em qualquer situação. Isso se relaciona com “a representação de que a universidade não tem hierarquia e disciplina, ou seja, que é uma bagunça, porque a única forma de ordem reconhecida é a hierárquica, entre desiguais em poder, nunca a forma normalizada” (GERALDO; LIMA, p. 19).

Como pude perceber, a percepção negativa do conflito que orienta os cursos de formação da polícia influencia diretamente no processo de socialização dos policiais à universidade. Primeiro, porque ao se encontrarem na etapa de estranhamento a primeira que precede o processo de transformação do aluno em estudante (Coulon, 2008), por não

reconhecer a autoridade, as regras e legitimidade dos profissionais envolvidos com o Tecnólogo recorrem a mecanismos autoritários para exercerem suas demandas. Isso se dá exatamente porque os policiais, em suas socializações anteriores, não conhecem formas práticas de exercer seus direitos, haja vista o controle exercido pela polícia sobre os direitos dos policiais. Nesse sentido, o conflito emerge como meio estruturado das relações e das regras no tecnólogo, transformando portanto o policial em aluno.

## 5- CONCLUSÃO

O curso de Tecnólogo em Segurança Pública possibilita aos profissionais de segurança pública o acesso ao ensino superior. Essa possibilidade de acesso se dá principalmente pelo fato de ser um curso a distância e, que por não exigir a presença física do aluno, torna possível a conciliação do Tecnólogo com as escalas de trabalho destes profissionais. Como pude perceber durante a realização do trabalho de campo, o Tecnólogo, para estes profissionais, significa muito mais que um ensino superior. Para eles, o Tecnólogo simboliza, principalmente, um campo de possibilidades e expectativas, a partir da qual eles esperam modificar o atual quadro da Segurança Pública, instrumentalizando o conhecimento apreendido durante o curso. Junto a essas expectativas, há aqueles que esperam aproveitar o curso dentro da atual profissão, assim como os que anseiam dar continuidade a vida acadêmica. De qualquer forma, o que se apreende, é que os alunos valorizam o curso enquanto uma oportunidade de mudança, seja ela referente a segurança pública no geral, seja na trajetória profissional.

Por se tratar de um curso que oferece um conhecimento diferente do normativo, que é tradicionalmente reconhecido no campo da segurança pública, o Tecnólogo provoca um processo de choque e estranhamento inicial nos alunos. É nesse processo de adaptação às regras universitárias e de reconhecimento dos tutores enquanto autoridades, e do próprio reconhecimento enquanto estudantes que o conflito emerge. A partir dele que o aluno reconhece as regras universitárias e portanto reconhece a existência da autoridade dentro do espaço civil, possibilitando não só a adequação dos alunos as regras, mas a elaboração de

protocolos que regulam de maneira clara, por parte dos coordenadores e tutores, os conflitos que ocorrem no curso.

A questão central, a qual este trabalho se debruçou, foi tratar as especificidades com as quais esse processo de socialização dos alunos se dá, principalmente através da maneira com que se comportam mediante o surgimento do conflito. Assim, diante do conflito, os alunos, especificamente os utilizados neste trabalho - policiais -, vão utilizar dos conhecimentos apreendidos em outras socializações para solucioná-lo. O próprio fato de enxergarem o conflito como um problema, como algo a ser combatido, revela, portanto, o saber apreendido dentro dos cursos de formação, em que o conflito ocupa um lugar negativo.

Nessa medida, quando os alunos encontram-se em um momento de choque quanto as representações, organização e conhecimento dentro do tecnólogo, a primeira atitude, conforme as entrevistas, e-mails, e áudios transcritos demonstram, é impor a autoridade e a ameaça para dar fim ao conflito. Essa atitude, como pode-se perceber, é fruto de uma socialização que estabelece uma concepção negativa ao conflito, assim a todo momento ao se depararem com questões que tendem ao conflito, chamam a autoridade para si, ameaçando e coagindo os profissionais envolvidos com o Tecnólogo.

É importante, portanto, demarcar e entender que no Tecnólogo o conflito aparece com uma concepção positiva. À medida que é a partir dele que se produzem regras e protocolos para administração do Tecnólogo, e que é através dele que os alunos, junto aos tutores, podem produzir o consenso, estabelecer e restabelecer papéis, o que é fundamental para o reconhecimento destes profissionais de segurança pública enquanto estudantes de uma universidade, e consequentemente para que estes reconheçam os tutores como expressão de autoridade. Assim, “o indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva, segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas, dos conteúdos de sua personalidade. A contradição e o conflito não precedem esta unidade, como operam em cada momento de sua existência”(SIMMEL, 1983 p.124).

Durante o desenrolar do conflito questões como a legitimidade e autoridade dos tutores serão evidenciadas, e por fim terão suas posições redefinidas. Ter seus papéis redefinidos no espaço do Tecnólogo, tem a ver principalmente com o reconhecimento do aluno enquanto tal, e não como policial. A postura, a maneira informal e inadequada que alguns alunos utilizam ao se dirigirem aos tutores, ou ao formularem suas demandas revelam

o descrédito ao qual dirigem tanto em relação a sua autoridade, que não é reconhecida inicialmente, pois não se impõe da mesma maneira que nos cursos de formação policial, tanto quanto a legitimidade, pois o conhecimento de segurança pública ao qual os alunos estão adaptados restringe-se exclusivamente ao saber prático. À medida que conflitos emergem nessas proporções, que compreendem desrespeito, inadequação e informalidade da fala, os coordenadores, tutores e diretores de polo tratam de informar e situar os alunos quanto ao seu papel enquanto estudantes. Essa ação compreende principalmente explicitar ao aluno que na universidade ele está sujeito às regras civis, e que portanto é um estudante devendo deixar para fora do ambiente acadêmico o exercício de seu papel social enquanto policial.

É perceptível que o que pesa no processo de tomada de decisões destes alunos é a ausência do reconhecimento da legitimidade e de autoridade quanto aos profissionais do curso. A questão da legitimidade relaciona-se a um processo que não é exclusivo do tecnólogo, ou seja, se estende também como uma problemática no bacharelado em segurança pública. A segurança pública, tradicionalmente, é associada como um saber ligado ao Direito e a Polícia, e a um conhecimento prático. Assim, nesta ótica, só quem entende de segurança pública é quem vivencia e a pratica diariamente. Desta forma, as ciências sociais ao adentrarem o campo da segurança pública são deslegitimadas por não se desenvolverem através de um conhecimento prático.

É interessante ainda destacar, que dentro da própria polícia militar a questão do conhecimento prático também servirá para legitimar ou deslegitimar uma ação, haja vista a relação acirrada que se desenvolve entre oficiais e praças. A literatura aponta para as definições das atribuições destes profissionais enquanto diferentes no sentido que, os praças são responsáveis pela ação e os oficiais pelo planejamento. Dessa forma, os praças, muitas das vezes, conforme foi revelado em entrevista, não reconhecem as ordens de seus superiores como legítimas, pois segundo estes, eles não conhecem de fato a prática. A diferença entre esses dois espaços se dá de forma que enquanto no ambiente universitário não existe regulação quanto a forma de falar e de se expressar, nas academias, cursos de formação e na polícia a palavra é objeto de controle onde “as cotas e a permissividade que ordenam o falar e o que se pode dizer espelham a estrutura verticalizada das patentes” (MUNIZ, 1999, p.90).

De maneira concomitante aos conflitos, o Tecnólogo aparece, para os alunos, como um mecanismo capaz de dar conta de suas expectativas, principalmente as que dizem respeito às modificações, que estes consideram necessárias à atual segurança pública.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

BRETAS, Marcos Luiz. **“A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro”.** Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1997.

CARUSO, Haydée; MORAES, Luciane; PINTO, Nalayne. **“Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Da Escola de Formação À Prática Policial”.** 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 24 a 28 de outubro de 2006.

CASTRO, Celso. **“O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna.”** Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 1990.

COULON, Alain. **“Condição de estudante- A entrada na vida universitária”.** Bahia: Editora: EDUFBA, 2008.

DAMATTA, Roberto. **“Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.”** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

ELLBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flávia. **“Quando existe violência policial Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro.”** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 8 – no 3 – JUL/AGO/SET 2015 – pp. 407-428

FERREIRA, Adir. **“Socialização Na Universidade: quando apenas estudar não é o suficiente.”** Revista Educação em Questão, Natal, v.48, n 34, p. 116-140 jan\abril 2014

GERALDO, Pedro; LIMA, Kant. **“Conflitos em formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública a distância na Universidade Federal Fluminense.”** GT01 Administração de Conflitos em Perspectiva Comparada 39 Encontro Anual da Anpocs

LIMA, Kant. **“Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público”** Rev. Sociol. Política no.13 Curitiba Nov.1999. Disponível em :  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44781999000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200003)

LIMA, Kant. **“Entre leis e normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na justiça criminal”**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 6 – no 4 – OUT/NOV/DEZ 2013 – pp. 549-580

LUCKMANN, Thomas; BERGER, Peter. **“A Construção social da realidade**. 24 edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MAUSS, Marcel. **“Sociologia e Antropologia”** Fortaleza: Editora Cosac Naify, 2003.

MUNIZ, Jacqueline. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”**. Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: O trabalho do antropólogo, OLIVEIRA, Roberto. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-37.

PARDIM, Vanessa. **“Ambientes Virtuais de Aprendizagem e a Religação dos Saberes na Educação a Distância”**. São Paulo: UNINOVE, 2010.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; Groulx, Lionel; Laperrière, Anne; Mayer, Robert; Pires, Alvaro. **“A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.”** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SIMMEL, George. **“A natureza sociológica do conflito”**. In: Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo: Editora Ática, 1983.

SILVA, Robson. **“Entre a caserna e a rua: o dilema do pato. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI.** Niterói: Editora da UFF, 2011.

VERÍSSIMO, Marcos. **“Quando a polícia vai a faculdade “ inclusão social” ou “choque cultural”. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**